

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para o cargo de
Atividade Técnica Especializada de Complexidade Intelectual – Nível IV
Área de Formação: Direito

PROVA
S16 - P
MANHÃ

ATENÇÃO:

Verifique se o tipo de prova deste caderno de questões confere com o seu cartão de respostas



TRANSCREVA EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS A FRASE DO POETA MÁRIO QUINTANA PARA EXAME GRAFOTÉCNICO
"A arte de viver é simplesmente a arte de conviver."

ATENÇÃO

DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas.

ESTE CADERNO CONTÉM 60 (SESSENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 5 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C, D e E – CONFORME DISPOSIÇÃO ABAIXO:

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
Conteúdo Básico		
- Língua Portuguesa	15	1
- Legislação Básica	5	1
Conteúdo Específico		
- Direito Civil	15	2
- Direito Administrativo	15	2
- Direito Constitucional	10	2

VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM, CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.

RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões, não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e
- Ao terminar a prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

www.funcab.org

CONTEÚDO BÁSICO

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Temos, sem dúvida, sérios problemas de discriminação e exclusão na sociedade brasileira, que se refletem também nas universidades. Mas frequentemente parece que eles são abordados de forma desfocada.

A composição racial da sociedade brasileira tem forte presença de negros, pardos e minorias. Diz-se que esse perfil não se repete na universidade. Mas porque razão a composição geral da sociedade deve se repetir em seus contextos e recortes específicos? Ela se repete em times de futebol ou na seleção brasileira?

Se acreditarmos que o perfil étnico ou econômico do conjunto da população seja, ou deva ser, uma “invariante social”, repetindo-se em qualquer recorte ou subgrupo, a consequência óbvia disso é a generalização da prática de cotas.

Além de cotas no vestibular, em breve teremos propostas de cotas de formatura, para compensar injustiças e discriminações ocorridas ao longo do curso. Em seguida, cotas para times de futebol, cotas para funcionários das empresas, cotas para sócios de clubes, cotas para academias de ginástica, cotas para fieis de cada religião e culto e por aí vai.

A grande injustiça é ver a quantidade de pessoas, especialmente os jovens inteligentes e esforçados, sendo impedidas de se desenvolver. Não é dada a elas a oportunidade de aprender a crescer, por causa de uma educação pública básica e média medíocres. Esse é o problema real.

O contrário do racismo e da discriminação social não é uma “discriminação positiva”, mas sim a ausência dessas classificações. Qualquer solução que envolva critérios de raça ou pobreza não contribui para eliminar a discriminação. Pelo contrário, reafirma, reforça e pereniza esses conceitos básicos dos mecanismos de exclusão.

Nesse cenário de sequestro de oportunidades, há um grupo de jovens mais velhos que já foi prejudicado pelas péssimas escolas públicas. E há outro grupo, bem maior, das crianças que ainda enfrentarão o problema. Para as pessoas já prejudicadas, as cotas são um mecanismo compensatório, que pode reduzir, mas não eliminar, o prejuízo.

Se houver uma proposta cujo cerne seja a melhoria efetiva do atual ensino público de primeiro e segundo grau, com parâmetros objetivos e seguindo modelos que comprovadamente já deram excelentes resultados em várias partes do mundo, e que parte dessa proposta seja um sistema de cotas, emergencial e provisório (com prazo limitado),

visando apenas aquela população que já foi prejudicada, essa proposta merece não apenas a nossa aprovação, mas também o nosso aplauso.

.....
Já uma proposta que contemple apenas a questão das cotas de forma isolada ou é ingênua ou é demagógica. Anestesia as consciências, acomoda as queixas, reduz as pressões – é a solução mais fácil e barata para os governantes. Mas mantém a condenação de milhões de crianças a precisar de cotas no futuro, sempre em ciclos sem fim, sequestrando suas oportunidades e seus sonhos. [...]

SALVAGNI, Ronaldo de Breyne. *Folha de São Paulo*, 07/04/2013.

Questão 01

A argumentação desenvolvida ao longo do texto está orientada no sentido de persuadir o leitor a concluir que, no Brasil:

- A) a injustiça social na educação corrige-se com a melhoria do ensino público de primeiro e segundo graus, não com a instituição de um sistema de cotas para o vestibular.
- B) o racismo e a discriminação social constituem uma realidade, o que justifica o sistema de cotas estabelecido pelo governo para o acesso às universidades.
- C) um sistema de cotas voltado apenas para os jovens já prejudicados pelas péssimas escolas públicas é a solução para acabar com a injustiça no ensino.
- D) a proposta de um sistema de cotas para ingresso nas universidades é obra de governantes que não admitem o fato de pobres crescerem na vida.
- E) em breve teremos a generalização da prática de cotas, o que tornará o vestibular praticamente dispensável como forma de acesso à universidade.

Questão 02

Na argumentação desenvolvida, o enunciado destinado a justificar ponto de vista emitido no período imediatamente anterior é:

- A) “Mas frequentemente parece que eles são abordados de forma desfocada.” (parágrafo 1)
- B) “Diz-se que esse perfil não se repete na universidade.” (parágrafo 2)
- C) “Não é dada a elas a oportunidade de aprender a crescer, por causa de uma educação pública básica e média medíocres.” (parágrafo 5)
- D) “Qualquer solução que envolva critérios de raça ou pobreza não contribui para eliminar a discriminação.” (parágrafo 6)
- E) “Para as pessoas já prejudicadas, as cotas são um mecanismo compensatório, que pode reduzir, mas não eliminar, o prejuízo.” (parágrafo 7)

Questão 03

A alternativa em que o autor recorre à adjetivação para fazer a avaliação ou valoração pessoal de um dado da realidade é:

- A) perfil étnico ou econômico. (parágrafo 3)
- B) grande injustiça. (parágrafo 5)
- C) discriminação social. (parágrafo 6)
- D) jovens mais velhos. (parágrafo 7)
- E) atual ensino público. (parágrafo 8)

Questão 04

Pode-se sinalizar o vínculo semântico entre o terceiro e quarto parágrafos do texto, introduzindo este último por:

- A) contudo.
- B) ademais.
- C) não obstante.
- D) assim.
- E) aliás.

Questão 05

Altera-se o sentido do enunciado no texto com a substituição do termo em destaque proposta em:

- A) “Temos, SEM DÚVIDA, sérios problemas [...]” (parágrafo 1)/ decerto.
- B) “[...] que se refletem TAMBÉM nas universidades [...]” (parágrafo 1)/ outrossim.
- C) “ALÉM DE cotas no vestibular, em breve teremos propostas [...]” (parágrafo 4)/ Ademais de.
- D) “[...] MAS SIM a ausência dessas classificações [...]” (parágrafo 6)/ senão.
- E) “JÁ uma proposta que contemple apenas a questão das cotas [...]” (parágrafo 9) / Neste momento.

Questão 06

Há evidente equívoco na indicação da passagem do texto a que se refere o pronome destacado em:

- A) “[...] QUE se refletem também nas universidades [...]” (parágrafo 1) / sérios problemas de discriminação e exclusão na sociedade brasileira.
- B) “[...] ELA se repete em times de futebol ou na seleção brasileira?” (parágrafo 2) / a composição geral da sociedade.
- C) “[...] sendo impedidas de SE desenvolver [...]” (parágrafo 5) / pessoas, especialmente os jovens inteligentes e esforçados.
- D) “[...] ESSE é o problema real.” (parágrafo 5) / uma educação pública básica e média medíocres.
- E) “[...] sequestrando SUAS oportunidades e SEUS sonhos.” (parágrafo 9) / milhões de crianças.

Questão 07

Recorre-se à perífrase para reescrever uma passagem do texto em:

- A) “[...] composição racial da sociedade brasileira [...]” (parágrafo 2) / constituição étnica de nossa gente.
- B) “[...] presença de negros [...]” (parágrafo 2) / presença de brasileiros de origem africana.
- C) “[...] proposta cujo cerne seja a melhoria [...]” (parágrafo 8) / proposta cujo âmago seja a melhoria.
- D) “[...] ensino público de primeiro e segundo grau [...]” (parágrafo 8) / ensino público de 1º e 2º graus.
- E) “[...] é a solução mais fácil e barata [...]” (parágrafo 9) / é a solução menos incômoda e onerosa.

Questão 08

A reescrita que altera o sentido fundamental do segmento destacado em: “[...] essa proposta merece NÃO APENAS A NOSSA APROVAÇÃO, MAS TAMBÉM O NOSSO APLAUSO.” (parágrafo 8) é:

- A) a nossa aprovação, tanto quanto o nosso aplauso.
- B) quer a nossa aprovação, quer o nosso aplauso.
- C) o nosso aplauso, além da nossa aprovação.
- D) não só a nossa aprovação, senão que o nosso aplauso.
- E) se não o nosso aplauso, a nossa aprovação.

Questão 09

O verbo de significação menos extensa que, proposto para substituir o verbo “ser”, compromete o sentido do enunciado no texto é:

- A) “[...] a consequência óbvia disso É a generalização da prática de cotas.” (parágrafo 3) / consiste (em).
- B) “[...] as cotas SÃO um mecanismo compensatório [...]” (parágrafo 7) / representam.
- C) “[...] cujo cerne SEJA a melhoria efetiva do atual ensino público de primeiro e segundo grau [...]” (parágrafo 8) / implique.
- D) “[...] e que parte dessa proposta SEJA um sistema de cotas, emergencial e provisório [...]” (parágrafo 8) / dispense.
- E) “[...] É a solução mais fácil e barata para os governantes [...]” (parágrafo 9) / constitui.

Questão 10

Os sufixos que – como os sufixos de DISCRIMINAÇÃO e EXCLUSÃO (parágrafo 1) – derivam substantivos de verbos, exprimindo noção de “ato ou resultado de ato”, estão destacados em:

- A) acolhiMENTO – desistÊNCIA.
- B) governANTE – agressOR.
- C) capaciDADE – lembrANÇA.
- D) tolerÂNCIA – pobreZA.
- E) mansiDÃO – lavaTÓRIO.

Questão 11

A sugestão de reescrita de: “Se houver uma proposta [...]” (parágrafo 8) considerada inaceitável, segundo o padrão culto da língua, é:

- A) No caso de haver uma proposta.
- B) Caso haja uma proposta.
- C) Se caso houver uma proposta.
- D) Havendo uma proposta.
- E) Em havendo uma proposta.

Questão 12

Conforme as gramáticas da língua portuguesa, há ERRO de regência na substituição do complemento verbal por um pronome átono em:

- A) “[...] Não é dada a elas [...]” (parágrafo 5) / Não lhes é dada.
- B) “[...] acomoda as queixas [...]” (parágrafo 9) / acomoda-as.
- C) “[...] visando [...] aquela população [...]” (parágrafo 8) / visando-lhe.
- D) “[...] reduz as pressões [...]” (parágrafo 9) / redu-las.
- E) “[...] mantém a condenação de milhões de crianças [...]” (parágrafo 9) / mantém-na.

Questão 13

Há ERRO de concordância nominal, segundo as gramáticas da língua portuguesa, na seguinte construção:

- A) discriminação e exclusão odiosa.
- B) discriminação e exclusão odiosas.
- C) odiosa discriminação e exclusão.
- D) discriminação odiosa e exclusão.
- E) odiosas discriminação e exclusão.

Questão 14

Releia a seguinte passagem:

“Nesse cenário de sequestro de oportunidades, há um grupo de jovens mais velhos que já foi prejudicado pelas péssimas escolas públicas. E há outro grupo, bem maior, das crianças que ainda enfrentarão o problema. [...]” (parágrafo 7)

É INACEITÁVEL, do ponto de vista da gramática da língua portuguesa ou da semântica do texto:

- A) substituir a metáfora “sequestro” por formas literais como “supressão”, “abolição”.
- B) reescrever a 1ª oração adjetiva como “que as péssimas escolas públicas já prejudicou”.
- C) fazer, no 2º período, a elipse de “há” e de “grupo”, como forma de economia verbal.
- D) enfatizar o advérbio “ainda”, escrevendo-o entre vírgulas.
- E) substituir o futuro do presente simples “enfrentarão” pela perífrase “irão enfrentar”.

Questão 15

Como em E(S)PECÍFICOS (parágrafo 2) e em E(X)CLUSÃO (parágrafo 6), preencham-se com “s” e com “x”, respectivamente, as lacunas deixadas nas palavras que se leem na seguinte alternativa:

- A) e__tatuído por decreto; e__tinção do cargo.
- B) e__pedir um ofício; demissão e__pontânea.
- C) e__pirar o prazo; e__pansão de crédito.
- D) e__tensivo à família; recursos e__porádicos.
- E) juro e__torsivos; e__tender os limites.

LEGISLAÇÃO BÁSICA

Questão 16

Nos termos da Lei nº 9.961/2000, assinale a alternativa correta a respeito da Taxa de Saúde Suplementar.

- A) Será recolhida em conta não vinculada à ANS, mas esta receita será à ANS destinada, a critério do Ministério da Saúde.
- B) Tem como sujeitos passivos todas as pessoas físicas ou jurídicas que operem produto, serviço ou contrato de assistência à saúde.
- C) Seu fato gerador é o exercício do poder de polícia legalmente atribuído à ANS.
- D) Seus valores não recolhidos no prazo estipulado serão inscritos na dívida ativa da União e objeto de execução fiscal pela Procuradoria da Fazenda Nacional.
- E) Será devida anualmente por plano de assistência à saúde, vedada sua cobrança por registro de produto ou de operadora, alteração de dados referente aos produtos ou à operadora e pedido de reajuste de contraprestação pecuniária.

Questão 17

A ANS é considerada, por lei, uma:

- A) empresa pública.
- B) agência executiva.
- C) sociedade de economia mista.
- D) fundação pública.
- E) autarquia sob regime especial.

Questão 18

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor:

- A) o fornecedor não pode ser pessoa física.
- B) não se sujeitam às suas normas as pessoas jurídicas de direito público.
- C) o consumidor não pode ser pessoa jurídica.
- D) não se sujeitam às suas normas os serviços prestados sem remuneração.
- E) consumidor é todo aquele que adquire ou utiliza produto ou serviço como intermediário ou destinatário final.

Questão 19

Conforme disposto na Lei de Improbidade Administrativa:

- A) os atos de improbidade só podem ocorrer mediante condutas dolosas, inexistindo ato culposos de improbidade administrativa.
- B) qualquer pessoa, sem a necessidade de se identificar, pode representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar ato de improbidade.
- C) a ação de improbidade administrativa pode ser proposta por qualquer cidadão.
- D) é vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de improbidade administrativa.
- E) a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos se efetivam com a sentença condenatória, mesmo que ainda haja recursos cabíveis.

Questão 20

A respeito do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar que:

- A) é vedada a aplicação retroativa de nova interpretação de norma administrativa.
- B) não é permitida, ainda que em caráter temporário, a avocação de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- C) a intimação do interessado deve observar a antecedência mínima de cinco dias da data de comparecimento.
- D) o desatendimento de intimação importa revelia e resulta no reconhecimento da verdade dos fatos pelo administrado.
- E) a decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação.

CONTEÚDO ESPECÍFICO

DIREITO CIVIL

Questão 21

“Pelo princípio da continuidade, a lei somente perde a eficácia em razão de uma força contrária à sua vigência” (Caio Mario da Silva Pereira, *Instituições de Direito Civil*. volume I, 26ª ed., p. 104).

Nesse contexto, pode-se afirmar que a derrogação é:

- A) o gênero da espécie revogação.
- B) a supressão parcial da eficácia da lei anterior.
- C) a supressão total da eficácia da lei anterior.
- D) quando a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- E) a suspensão da execução da lei inconstitucional com o sobrestamento dos seus efeitos.

Questão 22

A norma jurídica é objeto de interpretação. Quanto aos seus elementos, a interpretação pode ser:

- A) judicial, gramatical, sistemática.
- B) autêntica, gramatical, sistemática.
- C) doutrinária, lógica, sistemática.
- D) lógica, gramatical, sistemática.
- E) autêntica, judicial, sistemática.

Questão 23

Constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico. São exemplos de universalidade de direito:

- A) estabelecimento, herança, patrimônio.
- B) patrimônio, herança, massa falida.
- C) herança, patrimônio, pomar.
- D) biblioteca, estabelecimento, herança.
- E) patrimônio, estabelecimento, pinacoteca.

Questão 24

A anulabilidade jurídica do negócio é gerada pelos seguintes defeitos:

- A) simulação, fraude contra credores, lesão.
- B) estado de perigo, simulação, lesão.
- C) dolo, estado de perigo, simulação.
- D) objeto ilícito, simulação, estado de perigo.
- E) erro substancial, dolo, coação.

Questão 25

A conduta humana pode ser obediente ou contraveniente à ordem jurídica. O indivíduo pode conformar-se com as prescrições legais ou proceder em desobediência a elas (Caio Mario da Silva Pereira, *Instituições de Direito Civil*. volume I, 26ª ed., p. 547).

A propósito da categoria do ato ilícito no Código Civil em vigor, entende-se por *culpa in eligendo*:

- A) aquela que decorre da falta de atenção com o procedimento de outrem, por cujo ato ilícito o responsável deve pagar.
- B) aquela que decorre da obrigação de reparar o dano sofrido independentemente de apuração da culpa do agente.
- C) aquela infração consciente do dever preexistente.
- D) aquela violação de um dever em situação na qual se encontraria o bom pai de família.
- E) aquela que se caracterizava na má escolha do preposto.

Questão 26

Entende-se por princípio da relatividade dos contratos:

- A) a liberdade de contratar exercida em razão e nos limites da função social do contrato.
- B) a irreversibilidade, em essência, da palavra empenhada.
- C) o elemento interpretativo do contrato com a criação de deveres jurídicos positivos.
- D) o elemento interpretativo do contrato com a criação de deveres jurídicos negativos.
- E) o que significa que seus efeitos se produzem exclusivamente entre as partes, não aproveitando nem prejudicando a terceiros.

Questão 27

A teoria do adimplemento substancial do contrato tem o seu funcionamento:

- A) na relatividade contratual.
- B) na resolução por onerosidade excessiva.
- C) na exceção do contrato não cumprido.
- D) no inadimplemento antecipado.
- E) no abuso do direito.

Questão 28

A resolução por onerosidade excessiva, prevista no Código Civil em vigor, tem o seu fundamento no princípio:

- A) do *pacta sunt servanda*.
- B) do equilíbrio contratual.
- C) do consensualismo.
- D) da relatividade.
- E) da vulnerabilidade.

Questão 29

É INCORRETA a seguinte assertiva sobre a classificação dos contratos:

- A) Solene aquele para cuja formação não basta o acordo das partes, exigindo-se a observância de certas formalidades, em razão das quais o contrato se diz, também, formal.
- B) Consensual aquele que se forma exclusivamente pelo acordo de vontade.
- C) Real o contrato para cuja perfeição a lei exige a tradição efetiva do objeto.
- D) Comutativo o contrato em que a prestação de uma das partes não é precisamente conhecida e suscetível de estimativa prévia, inexistindo equivalência com a da outra parte.
- E) Coletivo o contrato quando, na sua perfeição, a declaração volitiva provém de um agrupamento de indivíduos, organicamente considerado.

Questão 30

“O vício redibitório consiste no vício oculto que acomete a coisa transferida em contratos comutativos, tornando-a imprópria ao uso a que se destina ou lhe reduzindo o valor” (Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald, *Curso de Direito Civil*. vol. 4. 3ª ed., p. 471).

O fundamento principiológico do vício redibitório é o princípio da:

- A) força obrigatória do contrato.
- B) relatividade.
- C) boa-fé objetiva.
- D) garantia.
- E) função social.

Questão 31

A propósito do contrato de corretagem, é correto afirmar que:

- A) é contrato bilateral, oneroso, aleatório, consensual e inominado.
- B) o corretor torna-se um representante ou mandatário do comitente.
- C) a remuneração do corretor, se não estiver fixada em lei, nem ajustada entre as partes, será arbitrada segundo a natureza do negócio e os usos locais.
- D) se exige a forma escrita.
- E) é personalíssimo (*intuitu personae*).

Questão 32

O título de crédito, documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produz efeito quando preenche os requisitos da lei. Assinale a opção que contém apenas os requisitos essenciais (necessários) do título de crédito:

- A) literalidade, independência.
- B) autonomia, literalidade.
- C) abstração, literalidade.
- D) abstração, independência.
- E) autonomia, abstração.

Questão 33

De acordo com o Código Civil em vigor, a hipoteca NÃO se extingue pela(o):

- A) resolução da propriedade.
- B) perecimento da coisa.
- C) remição.
- D) sub-rogação.
- E) renúncia do credor.

Questão 34

Quanto à responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais, as sociedades podem ser:

- A) de responsabilidade ilimitada.
- B) de responsabilidade limitada.
- C) de responsabilidade mista.
- D) sociedade de pessoas.
- E) sociedade em comum.

Questão 35

O acordo de sócios / acionistas NÃO é permitido na sociedade:

- A) anônima.
- B) cooperativa.
- C) simples.
- D) em nome coletivo.
- E) em comandita por ações.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 36

Sobre a Administração Pública Indireta, assinale a alternativa correta.

- A) As autarquias são pessoas de direito público externo.
- B) As agências reguladoras, como fundações de regime especial, podem exercer típico poder de polícia e impor limitações administrativas.
- C) As autarquias integram a Administração Pública Indireta do ente criador, no entanto, em razão da autonomia financeira e administrativa, não estão sujeitas a controle externo por parte do ente que as criou.
- D) As autarquias têm a sua instituição autorizada somente por lei específica.
- E) São prerrogativas autárquicas, dentre outras, a imunidade tributária, a impenhorabilidade de bens e rendas e a inscrição de seus créditos como dívida ativa.

Questão 37

Julgue as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- I. A discricionariedade é a prerrogativa que detém o administrador de escolher, entre as várias condutas possíveis, aquela que, segundo a conveniência e oportunidade, melhor atende o interesse público. Essa discricionariedade, no entanto, será sempre limitada pelo fim previsto pela legislação.
 - II. Os atos discricionários não são passíveis de controle pelo Poder Judiciário.
 - III. Chama-se desvio de poder, o atuar do agente fora dos limites de sua competência.
 - IV. O princípio da razoabilidade se divide em necessidade, adequação e razoabilidade em sentido estrito.
- A) Nenhuma afirmativa está correta.
 - B) Apenas uma afirmativa está correta.
 - C) Apenas duas afirmativas estão corretas.
 - D) Apenas três afirmativas estão corretas.
 - E) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 38

A teoria adotada pela Constituição Federal para regular a responsabilidade civil do Estado chama-se:

- A) teoria da culpa anônima.
- B) teoria do risco integral.
- C) teoria civilista da culpa administrativa.
- D) teoria do risco administrativo.
- E) teoria mitigada da culpa administrativa.

Questão 39

Sobre os serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- A) Havendo falha na fiscalização por parte do poder concedente, haverá exclusão da responsabilidade da concessionária pelos danos causados ao particular.
- B) Uma das formas de extinção da concessão, a encampação consiste na retomada do serviço público pelo poder concedente ao fim do contrato ou por acordo entre concedente e concessionário.
- C) As concessões somente podem ser outorgadas por prazo determinado, muito embora não haja na Lei nº 8.987/1995 a previsão acerca do limite de prazo.
- D) A caducidade é a extinção da concessão por iniciativa da concessionária, motivada pelo descumprimento dos termos do contrato por parte do poder concedente.
- E) A concessão administrativa, modalidade de parceria público-privada, tem como característica o recebimento de recursos decorrentes do pagamento de tarifas pelos usuários, bem como de contraprestação pecuniária paga pelo poder concedente.

Questão 40

Acerca dos atos administrativos, assinale a opção INCORRETA.

- A) Os atos administrativos não se confundem com atos da administração. Atos da administração são a forma de atuação genérica do Poder Público, englobando o ato unilateral, o ato bilateral, e o ato multilateral ou complexo.
- B) Os atos praticados por agente de fato podem ser declarados válidos perante terceiros de boa-fé em razão do princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos.
- C) É plenamente possível o controle judicial de atos administrativos, tanto vinculados, quanto discricionários.
- D) O ato de delegação não retira a competência da autoridade delegante, para, simultaneamente, com a autoridade delegada, exercer as funções delegadas.
- E) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União, é assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa, quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão.

Questão 41

Segundo a disciplina dos serviços públicos, marque a alternativa correta.

- A) De acordo com a moderna fisionomia do serviço público, apenas aquelas atividades desempenhadas por órgãos públicos podem ser classificadas como serviço público.
- B) A delegação de certos serviços tipicamente públicos aos particulares descaracteriza a natureza pública do serviço delegado.
- C) Os hospitais e escolas privados prestam serviços que, constitucionalmente, foram atribuídos ao Estado, razão pela qual, não obstante serem prestados por particulares, são considerados prestação de serviço público.
- D) Gestão associada e convênios administrativos são sinônimos e significam, normalmente, acordos de caráter plurilateral, em que há, de um lado, Poder Público, e de outro, entidades privadas.
- E) É lícito que a lei que regula a desestatização, editada por determinado ente federativo, vede a aquisição de ações ou cotas da sua entidade, por empresas vinculadas a ente federativo diverso.

Questão 42

Em tema de concessões de serviços públicos é correto afirmar que:

- A) concessão de serviço público precedida de execução de obra pública será objeto de prévia licitação para a delegação do serviço público a título precário.
- B) o contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para a resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, exceto a arbitragem.
- C) a intervenção não tem prazo determinado, devendo perdurar enquanto persistirem os motivos que a justificaram.
- D) desde que expressamente autorizada pelo poder concedente, é admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão. Contudo, a outorga da subconcessão será sempre precedida de concorrência.
- E) as cláusulas relativas aos bens reversíveis são facultativas nos contratos de concessão.

Questão 43

Em matéria de contrato administrativo é correto afirmar que:

- A) uma das formas de inexecução de um contrato administrativo, o fato do príncipe, mesmo sem afetar cláusula contratual de forma direta, acaba por desequilibrar a equação econômico-financeira desse contrato.
- B) assiste à Administração a prerrogativa de fazer alterações de forma unilateral e direta, principalmente quanto às cláusulas econômicas, como forma de garantir o equilíbrio econômico-financeiro desse contrato.
- C) em havendo atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela Administração ao contratado, este poderá suspender a execução do serviço, salvo em caso de calamidade pública, até que seja normalizada a situação.
- D) o contratado poderá rescindir unilateralmente o contrato pela ocorrência de caso fortuito ou força maior, que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro inicial, tornando impossível a execução do pactuado.
- E) para resguardar o interesse público, a Administração tem a prerrogativa de exigir que o contratado apresente garantia para o cumprimento do contrato, podendo, inclusive, fazer a imposição de determinada modalidade.

Questão 44

Acerca da improbidade administrativa, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A conduta omissiva e culposa do agente público pode configurar ato de improbidade administrativa.
- B) A aplicação de sanções previstas na Lei nº 8.429/1992 independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento.
- C) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na Lei nº 8.429/1992 podem ser propostas até 5 (cinco) anos após a ocorrência do ato de improbidade.
- D) Constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário: permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- E) A representação que não contenha a qualificação do representante deve, segundo a Lei nº 8.429/1992, ser rejeitada pela autoridade administrativa.

Questão 45

No que tange ao regime jurídico constitucional dos servidores públicos, julgue as afirmativas abaixo:

- I. As parcelas de caráter indenizatório previstas em lei, assim como as gratificações recebidas pelo servidor público, submetem-se ao teto remuneratório constitucional.
- II. O servidor público da administração autárquica estadual que exercer mandato eletivo federal ficará afastado do cargo.
- III. A proibição de acumular cargos públicos estende-se, inclusive, às subsidiárias das sociedades de economia mista.
- IV. Os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a respectiva remuneração do servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, exceto se ao tempo da concessão estivesse no exercício de função gratificada.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) I, II e IV.
- B) I, II e III.
- C) II, III e IV.
- D) I e III.
- E) II e III.

Questão 46

Acerca da investidura em cargo público, é correto afirmar que:

- A) nos cargos públicos de provimento efetivo ocorrerá a investidura pela nomeação do servidor.
- B) dispõe a Lei Federal que a nomeação nos cargos comissionados ocorrerá para cargos de confiança vagos, inclusive na condição de interino.
- C) dispõe a Lei Federal que a investidura em cargo público pode ocorrer em caráter efetivo, em comissão e em caráter transitório.
- D) a readaptação é a forma de investidura do servidor em cargo anteriormente ocupado decorrente de sua inabilitação em estágio probatório.
- E) a posse do servidor ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do seu ato de provimento.

Questão 47

A respeito do processo administrativo disciplinar é correto afirmar que:

- A) a decisão penal condenatória sempre implica em reflexo na esfera civil da Administração, já que o fato gerador do ilícito penal também se caracteriza como um ilícito civil.
- B) o servidor absolvido na esfera penal por insuficiência de provas deverá ser reintegrado na esfera administrativa em função do chamado resíduo administrativo.
- C) o servidor que receber a penalidade administrativa de destituição do cargo em comissão, em havendo revisão do processo disciplinar que o condenou, deverá ser reintegrado ao cargo.
- D) repercutirá na esfera administrativa a absolvição penal do servidor por negativa de materialidade, não prevalecendo o chamado resíduo administrativo.
- E) o servidor submetido a processo administrativo poderá ser afastado preventivamente de seu cargo, com suspensão de sua remuneração por até 60 (sessenta) dias.

Questão 48

São deveres dos servidores públicos:

- A) cumprir todas as ordens superiores, inclusive as manifestamente ilegais, cuja responsabilização caberá integralmente à autoridade que expedir tal ordem.
- B) atender ao público com presteza, expedindo certidões requeridas para a defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal, ressaltando-se as informações protegidas por sigilo.
- C) levar ao conhecimento do superior hierárquico informações acerca de todos os atos regulares ou irregulares que forem praticados pelos demais servidores da repartição pública.
- D) atuar junto a repartições públicas, na condição de procuradores ou intermediários, salvo nos casos legalmente permitidos, como na assistência de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro.
- E) a representação contra legalidade, omissão ou abuso de poder, assegurando-se ao acusado o direito à ampla defesa e contraditório.

Questão 49

Com relação ao Poder de Polícia, pode-se afirmar corretamente que:

- A) devido ao atributo da autoexecutoriedade de que goza a Administração Pública, esta poderá valer-se da força, se assim for preciso, para fazer cumprir a ordem administrativa.
- B) a atuação desse poder será sempre exercida de forma discricionária, podendo o administrador optar por agir de forma a abolir ou apenas limitar as liberdades individuais.
- C) nas sanções impostas por meio de multa, na fixação de seus valores, o administrador deve efetuar uma proporcionalização punitiva, de modo a adequá-las à natureza da infração.
- D) tal poder é indelegável a iniciativa privada por expressa determinação constitucional, haja vista tratar-se de atividade típica do Estado.
- E) o exercício desse poder pela Administração enseja a cobrança de tarifa do cidadão, pela efetiva fiscalização dos estabelecimentos comerciais, prevenindo danos à população.

Questão 50

Acerca do controle da Administração Pública, assinale a resposta correta.

- A) Não pode o Poder Judiciário revogar atos administrativos.
- B) O pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança.
- C) Não é cabível o mandado de segurança contra omissões administrativas.
- D) Contra a imposição de pena de perda de função pública não cabe *habeas corpus*.
- E) Em regra, as sociedades de economia mista têm suas ações processadas e julgadas na Justiça Estadual.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 51

Sobre a organização do Estado brasileiro prevista na Constituição Federal, é correto afirmar:

- A) Compete aos Estados e ao Distrito Federal explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros.
- B) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre trânsito.
- C) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas.
- D) Cabe ao Município explorar diretamente, ou mediante concessão os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- E) Lei Complementar poderá autorizar os Municípios a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas com a competência privativa da União.

Questão 52

Assinale a alternativa correta, quanto à improbidade administrativa.

- A) A suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública são algumas das consequências, previstas na Constituição Federal, pela prática de atos de improbidade administrativa.
- B) Os atos de improbidade administrativa têm natureza criminal.
- C) A possibilidade de responsabilização dos agentes públicos por improbidade administrativa não depende de prévia previsão legal das condutas ilícitas.
- D) A caracterização do ato de improbidade administrativa só ocorre se o agente público agir com dolo.
- E) A Constituição Federal não admite que a lei estabeleça gradação da sanção a ser aplicada pela prática de atos de improbidade administrativa.

Questão 53

Qual a alternativa correta, quanto aos dispositivos constitucionais que tratam dos servidores públicos?

- A) Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquirem estabilidade após dois anos de efetivo exercício.
- B) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável é demitido do serviço público.
- C) É possível a acumulação remunerada de cargo técnico com outro privativo de profissional de saúde.
- D) Aplica-se o regime geral de previdência social ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público.
- E) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração integral.

Questão 54

Aponte a afirmativa correta, sobre a organização do Poder Legislativo, prevista na Constituição Federal.

- A) Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa compete, privativamente, à Câmara dos Deputados.
- B) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado é da competência exclusiva do Congresso Nacional.
- C) Os deputados e senadores não poderão, desde a expedição do diploma, ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- D) Os deputados e senadores não poderão, desde a posse, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- E) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

Questão 55

Acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito, é correto afirmar.

- A) Somente poderão ser criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, separadamente.
- B) A Comissão Parlamentar de Inquérito somente será instaurada para a apuração de fato determinado e por prazo certo.
- C) Para a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito, em uma das casas do parlamento, exige-se o requerimento de dois quintos de seus membros.
- D) As conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito deverão ser encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- E) As Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades policiais.

Questão 56

Sobre a organização do Poder Executivo, prevista na Constituição Federal, é correto afirmar:

- A) Ocorrendo a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita noventa dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
- B) O Presidente da República responde a processo criminal, por crime comum no Senado Federal, e por crime de responsabilidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- C) Nos crimes de responsabilidade do Presidente da República, a Câmara dos Deputados autoriza a instauração do processo pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- D) O Procurador-Geral da República participa como membro nato do Conselho de Defesa Nacional.
- E) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

Questão 57

Quanto aos orçamentos, é correto afirmar:

- A) Leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- B) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
- C) A Lei Orçamentária anual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- D) A lei que instituir o plano plurianual compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- E) A Lei das Diretrizes Orçamentárias não contera dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Questão 58

Acerca dos dispositivos constitucionais que tratam da ordem econômica e financeira, é correto afirmar:

- A) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- B) Não constitui um dos princípios gerais da atividade econômica, enunciados na Constituição Federal, o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- C) As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.
- D) Na ordenação do transporte aquático, a lei estabelecerá que o transporte de mercadorias na cabotagem e a navegação interior não poderão ser feitos por embarcações estrangeiras.
- E) A autorização de pesquisa de recursos minerais será sempre por prazo indeterminado, e as autorizações e concessões poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.

Questão 59

Quanto aos dispositivos constitucionais que tratam da seguridade social e da saúde, é correto afirmar:

- A) Como a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, admite-se a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- B) Somente as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio.
- C) Não compete ao Sistema Único de Saúde participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.
- D) Os gestores locais do Sistema Único de Saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.
- E) O atendimento inicial, com prioridade para as emergências médicas, sem prejuízo dos serviços assistenciais, consiste em uma das diretrizes do Sistema Único de Saúde dispostas na Constituição Federal.

Questão 60

No que toca à Ordem Social, assinale a opção correta.

- A) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.
- B) A ordem social tem como objetivo o primado do trabalho e como bases o bem-estar e a justiça social.
- C) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa apenas dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- D) É permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- E) A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, não sendo vedada a sua comercialização.